

A dívida política

A dívida externa é um assunto técnico ou um problema político?

Para o Brasil de Sarney, a dívida em dólares é um problema essencialmente político e deve receber um tratamento necessariamente político, no plano dos governos e não mais dos bancos. Esse foi o recado que o ministro Dilson Funaro passou aos ministros de finanças dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça e Itália.

Resposta dos governos credores: a dívida externa do Brasil, a exemplo da dívida interna da Boeing, é assunto estritamente técnico, deve permanecer nas bitolas da rotina bancária. Os bancos privados, que responderam por 78% da dívida brasileira de US\$ 111 bilhões, assumiram um risco físico e esse risco não pode ser coberto por qualquer aval político. Na democracia econômica digna do nome, o dinheiro dos contribuintes não pode ressegurar o prejuízo eventual de acionistas ou de depositantes do banco encalacrado.

O Brasil que trate de acertar as contas diretamente com os bancos, ou os bancos que cuidem de ajustar um novo acordo diretamente com o Brasil.

O cavalo inglês

Acontece que a rotina bancária caiu no impasse da inadimplência universal. Culpa da extorsão dos juros ditos de mercado. Os países endividados, sem exceção, não mais conseguem realizar o serviço da dívida nos termos contratados. Eles ficaram na mesma situação do cavalo inglês da anedota: quando aprendeu a ficar sem comer, morreu de fome. O Brasil que o diga. Submetido, desde 1982, a um severo programa de «ajustamento externo», o Brasil descobriu-se cavalgando um grave dilema: se pagar, não cresce, se crescer, não paga.

Sem mistério, o Brasil (e o terceiro mundo) passou de receptor de capital a transmissor de poupança: o recurso que sai nas asas do serviço espartano da dívida é bem maior que o recurso que entra via crédito novo (dos bancos) ou via capital de risco múltiplo. Essa poupança líquida da poupança (convertida obrigatoriamente em dólares) deixou o Brasil em estado de insolvência técnica.

Basta um par de números para documentar o desastre: de janeiro de 1980 a dezembro de 1986, o saldo comercial (única maneira de produzir dólares para o serviço da dívida) acumulou um recurso de US\$ 42 bilhões. No mesmo período, a remessa de juros totalizou US\$ 66 bilhões.

Os três desvios

Primeiro desvio político da rotina bancária: a explosão dos juros de mercado, por obra e graça do finan-

ciamento do «déficit» público do Tio Sam. É um «déficit» essencialmente político e não técnico: 1) um orçamento militar colocado na órbita das estrelas; 2) um orçamento previdenciário com «buraco» atuarial de US\$ 92 bilhões (o governo aumenta os benefícios e o Congresso não deixa aumentar as contribuições); 3) uma política fiscal permissiva casada com uma política monetária restritiva...

Segundo desvio político do sistema: os juros de mercado não fazem distinção entre o capital de giro da Macy's na importação de perfumes franceses e porcelanas chinesas e o crédito para a construção de usinas hidrelétricas no Brasil ou para o saneamento básico da Cidade do México.

Terceiro desvio político da rotina bancária: os bancos selecionam clientes e classificam riscos de balcão, desde que foram inventados pelos lombardos, no crepúsculo da idade média. Nos financiamentos internacionais, bem ao contrário, insistem em tratar por igual os desiguais. Hoje, Brasil e Irã não fazem a mínima diferença... se não é uma atitude racional, só pode ser uma injunção política dos respectivos governos.

O mal de raiz

O desvio político de raiz está na própria invenção do FMI, um domínio monetário que surgiu para disciplinar as moedas, mas que se transformou em fiscal de créditos e em auditor de bancos. Desde o nascimento, o FMI está sob a intervenção ostensiva ou disfarçada do governo dos Estados Unidos. Em 1971, o presidente Nixon simplesmente suprimiu o lastro ouro do dólar (com responsabilidade de moeda universal) sem aviso prévio nem consulta aos parceiros. O próprio FMI, única «autoridade» na matéria, tomou conhecimento da histórica decisão pelo telex noturno da noite.

Essa truculência nada teve de técnica, foi uma decisão política. Desde então, o FMI virou policial de credores ressabiados, interferindo nas contas e até nos planos dos devedores insolventes. O que deveria ser uma auditoria contábil se transformou em um monitoramento econômico de fora para dentro. Um problema político dos maiores. Tanto assim, que os governos visitados nos últimos dias pelo ministro Dilson Funaro apontam o FMI como único tutor do Brasil para um acordo a ser «negociado» diretamente com os bancos.